APONTAMENTOS PARA UMA “NOVA” E CRÍTICA AGENDA DE DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

Marcelo Jose Moreira⁶
marcelojmoreira@gmail.com

RESUMO:

O objetivo central desse breve texto é discutir a questão da “crise ecológica” com base na relação/histórica centro-periferia (ainda que a problemática possa ser discutida na/pela concepção sistêmica). A intenção é relacionar, de maneira preliminar/introdutória, o movimento expansivo da reprodução ampliada com o efeito-percepção dos problemas ambientais em estruturas/sistemas socioeconômicos distintos. Em suma, apontar a importância da noção de padrão de reprodução para a análise das estruturas econômicas dependentes, frente ao problema da (in)sustentabilidade do desenvolvimento capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: crise ecológica. desenvolvimento. dependência.

Introdução

“Diante da tendência atual – na economia e nas ciências sociais em geral – de converter a análise em investigação de migalhas [pedacería], na qual fica relegada à preocupação por aquilo que a articula, a noção de padrão de reprodução do capital privilegia a visão geral sem perder de vista o significado das particularidades, porém estas inscritas em um todo maior no qual adquirem sentido...A noção de padrão de reprodução coloca o objetivo de buscar a lógica e os eixos que articulam e organizam as formas fragmentadas com que o capital se apresenta em sua metamorfose (em dinheiro, meios de produção, força de trabalho, mercadorias)...assim como “temas diversos”, como capital financeiro, processos de trabalho, salários, impactos territoriais etc.” (Osorio, 2012, p. 85, grifo do autor)

O processo de desenvolvimento, entendido como a capacidade dinâmica com que as estruturas socioeconômicas se transformam, carece de intencionalidade. Esse processo se intensifica à medida que os elementos que compõem a estrutura (o sistema) se interagem, caracterizando um conjunto complexo localizado no tempo e no espaço (Furtado, 1986). Tal conjunto, materializado

⁶ Professor/Pesquisador da Universidade Estadual de Goiás/UEG-Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas/UnUCSEH. Discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento/PPDE/IE-UFRJ, nível doutorado. Bolsista FAPEG.

em instituições, se articula por meio de ações coordenadas que constroem as relações que criam as condições gerais para o fenômeno do desenvolvimento. Essas ações, em tese, se apresentam na forma de políticas públicas como ações de intencionalidade ao processo de desenvolvimento.

Assim, o movimento que expõe a “heterogeneidade estrutural” do sistema (do conjunto econômico complexo), é o mesmo que a cria (e a recria), indicando a necessidade de serem expostos também, os elementos que a constituem. O conteúdo dessa matriz teórica aponta a relação centro-periferia como algo crucial para o entendimento desse processo. Por isso, é importante observar como se dão as relações entre e intra sistemas.

Dessa forma, o “ato desenvolvimentista”, quando resultante de uma ação “induzida” pelo Estado, pressupõe/precinde de planejamento, e as ações desencadeadas para materializá-lo são evidenciadas via ações coordenadas, ainda que diversas ações autônomas sejam criadas/geradas ao longo do processo, representando o resultado das diversas relações que ali se estabelecerão. Entende-se, assim, que o processo de desenvolvimento, como uma “cadeia de desequilíbrios” (Hirschman, 1962), gera condições que não suprimem a (as) intenção (ões) do processo e reforça a necessidade de organicidade. Então, intencionalidade, planejamento, desequilíbrio e organicidade são elementos de um mesmo processo: o de desenvolvimento.

O resultado desse arcabouço é a constituição de “condições gerais de produção” que, no caso, se apresentam, conforme Bernardo (2009, p. 213-217) na forma de condições gerais: 1. **da produção e da reprodução da força de trabalho** (as creches e os estabelecimentos de ensino destinados à formação das novas gerações de trabalhadores, as condições de existência das famílias de trabalhadores, as infraestruturas sanitárias e hospitais e o urbanismo em sentido *lato*); 2. **da realização social da exploração** (tendo como condições amplas o urbanismo e as instituições repressivas); 3. **operatividade do processo de trabalho** (os centros de investigação e de pesquisa, tanto teórica como aplicada, as várias formas de captação, veiculação e armazenamento de informações, que conferem às classes sociais dominantes o controle dos mecanismos de decisão...); 4. **da operacionalidade das unidades de produção** (infraestrutura, em especial, as redes de produção e distribuição de energia, as redes de comunicação e transporte, os sistemas de canalização para fornecimento de água, coleta de lixo...); 5. **da operatividade do mercado** (infraestrutura, especialmente, redes de transporte e instalações de armazenagem, sistemas que permitem a veiculação, cruzamento e comparação de informações entre produtores e consumidores...); e, 6. **da realização social do mercado** (o caráter genérico da publicidade que, entre outras, condiciona certo estilo de vida).

Para esta breve discussão, apresenta-se a problemática do desenvolvimento no subdesenvolvimento. O elemento fundamental da análise é o desenvolvimento econômico-territorial, ou ainda, a divisão territorial do trabalho, traduzido em sua complexa dinâmica de concentração de relações de produção. Cabe destacar que a ênfase na análise espacial se dará no processo de homogeneização de relações, isto é, *“de equalização, como tendência, requerida pelo capital de relações de produção mais apropriadas a seu movimento unificado de valorização, ou seja, de condições ‘mais igualitárias’ para sua reprodução ampliada”* (Brandão, 2007, p. 72).

Visto como um sistema global de sociedades/economias, o capitalismo, apresenta contrastes com desigualdades profundas e hierarquias historicamente constituídas, que tendem a se reproduzir. Mais ainda, a depender da extensão dos territórios nacionais e das suas potencialidades, as desigualdades e hierarquias potencializam os efeitos perversos que são próprios da ordem social capitalista (Myrdal, 1972; Chesnais, 1995; Marini, 2000).

Nesta perspectiva, as características socioeconômicas próprias ao subdesenvolvimento podem ser apresentadas da seguinte forma: **1.** heterogeneidade estrutural, concentração de renda e de riqueza (Prebisch, 1949; Pinto, 1969); **2.** dependência externa tecnológica, financeira, econômica e política (Prebisch, 1949; Furtado, 2003; Marini, 2012; Sodré, 1987; Osório, 2012); **3.** oferta ilimitada de mão-de-obra (Lewis, 1969), como elemento fundamental para a superexploração da força de trabalho (Marini, 2000; Amaral e Carcanholo, 2012). Este último elemento condiciona o potencial do processo de acumulação em nível nacional.

Esses elementos aportaram a afirmação de que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento capitalista, se não uma construção histórico-estrutural que garante (e afirma): **a-** a inevitabilidade da expansão do capital para sua reprodução em escala interplanetária, transformando a estrutura socioeconômica periférica em função da demanda central (Sodré, 1987; Furtado, 1992; Marini, 2000); e, **b-** a “compressão espaço-tempo” (Harvey, 2005) ou a “anulação do espaço pelo tempo” (Marx, 1968 e 1974), através de criação de mecanismos tecnológicos que possibilitem a aceleração do tempo de rotação do capital, replicando a lógica produtiva na periferia, reduzindo o tempo de comercialização de mercadorias. Enfim, o subdesenvolvimento caracteriza um espaço submetido ao desiderato capitalista, cuja utilização ganha intensidade ou não a partir das necessidades do processo de acumulação global. Isto tudo posto ao nível de abstração correspondente às determinações estruturais do sistema capitalista.

Essas características indicam que o sistema capitalista ao replicar os elementos para sua reprodução, afirma a inevitabilidade de sua expansão e transforma o espaço-tempo em uma

condição sociometabólica para sua efetividade. Dessa forma, “tudo” ao seu redor tem que ser transformado, e deve se transformar, em elemento de intencionalidade para o processo de homogeneização de relações⁷, que se apresentam como tendência requerida pelo capital. Portanto, o desenvolvimento econômico possui (carece de⁸) intencionalidade. Tal tendência se verifica em um movimento de valorização, e tende a ser mais acelerada e diversificada (sobretudo no que se refere às manifestações do dinheiro e às diversas formas de aumento de eficiência do capital produtivo), desenhando condições mais igualitárias para sua reprodução ampliada. Visto dessa forma, portanto, o sistema é inevitavelmente expansivo e, para tanto, se apresenta único (as relações/condições que o afirmam na indústria são expandidas para fora dela e se tornam condições de vida – de reprodução social). Entretanto, as formas de incorporação e/ou replicação do movimento de reprodução e valorização do capital se dá de maneira diferente em espaços econômicos diferentes.

Enfim, espaços em que as forças do “moinho”⁹ se dão de maneira diferenciada, se caracterizam como espaços submetidos ao desiderato capitalista, cuja utilização ganha intensidade ou não a partir das necessidades do processo de acumulação global. Isto tudo posto ao nível de abstração correspondente às determinações estruturais do sistema capitalista.

É nesse sentido que a questão ambiental (materializado nos problemas/dilemas ambientais) se apresenta como elemento fundamental ao processo de expansão do sistema, tanto para sua continuidade quanto para sua limitação. O processo de expansão do sistema, tal qual ele foi concebido, se verifica em um processo “sociometabólico autodestrutivo”¹⁰, impondo limites estruturais à sua expansão. Essa característica estrutural do sistema delimita o “traçado” a ser percorrido pelo espaços socioeconômicos complexos e indica que não há possibilidade para o processo de desenvolvimento socioeconômico em larga escala, sem que haja prejuízo das condições de sobrevivência de várias espécies de seres.

A forma como isso se dá, ou como se a apreende, é construída pelo “grau/nível” em que se verifica o processo de homogeneização das relações de valorização do capital, não em termos de níveis de satisfação de necessidades, mas sim em termos de organização da estrutura de reprodução e valorização do capital. A “necessidade” de se integrar no “estilo de vida moderno”¹¹ impõe à sociedade em processo, uma interação maior ou não com a questão ambiental, em função das

⁷ MARX, 1968.

⁸ FURTADO, 1994.

⁹ POLANYI, 2000.

¹⁰ MÉSZÁROS, 2009.

¹¹ FURTADO, 1974.

condições materiais em que a lógica da reprodução se encontra. Portanto, ainda que aparentemente existam diferenças na percepção sobre a questão ambiental quando estruturas de reprodução diferenciadas são confrontadas, na essência ela é a mesma para todos.

A questão ambiental se apresenta como condição limitadora (e contraditória) por ser elemento de preocupação, e de representação de conflitos, de como o “moinho” vai girar (em intensidade e sentido). Entende-se, assim, que ainda que as condições materiais de sobrevivência dos seres humanos seja condição para a apreensão sobre os problemas/dilemas que envolvem a questão ambiental, ela não é condição necessária e suficiente para definir a intensidade, nem a forma, com que ela se manifesta (a apreensão da questão). A condição chave para isso é a forma com que se dá o processo de reprodução em si, o que, em última instância (na aparência) se verifica pelas condições materiais de acesso ao “estilo de vida moderna”. Nesse sentido, a percepção dos problemas ambientais se dá de forma diferenciada e confunde-se com a “forma de vida” das pessoas. A “sociedade do mercado”, ao ser mundial, transforma questões sociais em questões mundiais. É o caso da questão ambiental. Entretanto, a intensidade e os elementos que a constituem irão depender de quão intenso será o processo de metabolismo social que a estrutura (o sistema de relações sociais) sofrerá, em função do processo de reprodução ampliada do capital.

“a homogeneização não deve ser associada a nenhuma ideia de afinidades ou de solidariedade de uma ‘comunidade’ particular, mas ao movimento universalizante do capital, arrebatando mesmo os espaços mais remotos a um único domínio. Apenas nesse sentido o capital é homogeneizador e abarcador”. (Brandão, 2007, p. 72)

A citação expressa o “problema” da reprodução do sistema capitalista vis à vis o resultado desse processo, que se verifica em um movimento de exploração incondicional dos “recursos” naturais, para manter um nível de “oxigenação” que faça manter seu movimento de acumulação. O movimento de reprodução ampliada representa a replicação do processo de acumulação em espaços socioambientais já criados (alterando suas condições de acumulação através de estratégias de diversificação e diferenciação de processos produtivos e de produtos, o que encarece o processo de retroalimentação), ou criando/reproduzindo novos, visando reproduzir as condições de acumulação e valorização do capital em escala interplanetária.

Esse processo, citado em questão anteriormente apresentada, torna-se limitado (ou não) a partir da chamada “crise ecológica” (elemento de discussão na sentença acima). A discussão sobre a

“crise ecológica” chama atenção para o fato de que a forma pela qual o sistema se retroalimenta se faz desgastado e apresenta “contramovimentos protetores”¹², impulsionando ações contra-hegemônicas (que se manifestam de várias formas: sejam anticapitalistas e/ou antineoliberais) que representam a importância de um debate sobre o estado da arte da degradação ambiental frente à necessidade de expansão do sistema. Esse complexo ambiente de “contradições” expressa o alargamento de suas ações [do modo de reprodução capitalista] e a capacidade adaptativa que o modo de reprodução atual possui para expandir seu grau de liberdade de sobrevivência. Um elemento interessante para a observação desse fato é o processo de financeirização da convenção sustentabilidade.

“Com o crescimento da eficiência, do volume e do valor de seus meios de produção, portanto com a acumulação que acompanha o desenvolvimento de sua força produtiva, o trabalho mantém e perpetua, sob forma sempre nova, um valor-capital constantemente crescente. Essa força natural do trabalho aparece como força de autoconservação do capital, ao qual é incorporada, do mesmo modo que suas forças produtivas sociais aparecem como propriedade dele e a constante apropriação do mais-trabalho pelo capitalista aparece como contínua autovalorização do capital. Todas as forças do trabalho projetam-se como forças do capital, do mesmo modo que todas as formas de valor projetam-se como formas de dinheiro.” (Marx, 1985, p. 183-184)

O sistema financeiro internacional (e nacional) tem contribuído (se diversificado) intensamente para o processo de sustentação de estratégias empresariais voltadas para a questão da sustentabilidade, incrementando práticas empresariais ambientalmente comprometidas, transformando-as em *commodities*, em dinheiro virtual (antecipado, instituído e implementado). Dessa forma, não só o processo de produção de valor permanece subsidiado pela exploração do trabalho e de seu ambiente socioambiental, como passa a ser objeto de transformação do capital em um elemento historicamente constituído e instituído, por meio da transformação da convenção sustentabilidade em um mecanismo virtual de realização.

“O capitalismo como sistema mundial se estrutura de maneira heterogênea, entre centros, semiperiferias e periferias ou – no atual estágio de maturidade da economia capitalista – entre economias imperialistas (como Estados Unidos e Alemanha), semiperiferias imperialistas (como Espanha), subimperialismos dependentes (como Brasil), economias dependentes (Peru e Chile) e periferias (países da África), sendo que as três primeiras prevalece e apropriação do valor – apesar de que a partir das segundas também há cedência de valor – e nas duas últimas prevalecem as transferências de valor para todas as anteriores, sob

¹² POLANYI, 2000.

diferentes mecanismos, segundo os diversos momentos históricos. É com base nessas relações que os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento encontram sentido, e não mediante a consideração de economias isoladas como fazem diversas escolas econômicas e organismos internacionais reiteradamente e sob discursos que apenas mudam de forma.” (Osorio, 2012, p. 39-40)

Se há um limite posto para a forma de produção de mercadorias com base na composição técnica hegemônica atualmente, esse é potencialmente transbordado, porém não suplantado, pelo processo de mercantilização/*commoditização* de um comportamento ambientalmente comprometido, aparentemente realizado por estratégias de empresas oligopolistas/transnacionais. A transformação (ou seria mudança?) requerida para que a “crise ecológica” seja/esteja posta como elemento fundamental para uma ruptura com as condições materiais atuais de reprodução do modo capitalista de relações sociais, prescinde do entendimento de como se dá a transformação das estratégias das firmas oligopolistas e do limite imposto às mudanças de tipo abruptas. Via de regra, as mudanças se dão de maneira gradual/incremental, resultado que são de um comportamento parcimonioso por parte dos oligopólios, impelidos por elementos constituídos pela incerteza e, portanto, por indefinições quanto à formação de condicionantes “impostos” pelo regime de regulação historicamente instituído. Assim, a necessidade de transformação deve ser posta ao sistema capitalista – ele mesmo deve “proceder a uma mutação, ou então perecer”¹³. Pelo menos, aparentemente.

Algumas questões suscitam a necessidade desse procedimento recuperador: 1. a progressiva vulnerabilidade da organização industrial contemporânea; 2. a inter-relação econômica dos vários ramos da indústria, como um sistema estreitamente ajustado de partes independentes, com o imperativo crescente de assegurar a continuidade da produção no sistema como um todo (daí a necessidade da mutação: mudança para a continuidade, porém de maneira, aparentemente diferente); 3. o efetivo estabelecimento do capitalismo como um sistema mundial economicamente articulado que contribui para a erosão e a desintegração das estruturas tradicionais parciais de estratificação e controle social e político historicamente formadas, sem ser capaz de produzir um sistema unificado de controle em escala mundial.¹⁴

Esses pontos revelam a extrema necessidade de se rever o sistema capitalista como modo de produção “eterno”, capaz de se recuperar a cada crise, como que se afastando de seu ponto de colapso. Ao contrário, a articulação em voga dos limites da “ordem” produtora capitalista com a

¹³ DUPUY, 1980.

¹⁴ MÉSZÁROS, 2009.

“crise ecológica” em questão, aponta para um momento extremamente interessante para a realização de um esforço teórico que releve (e revele) a necessidade de outra “*ordem social onde o livre desenvolvimento de todos seria ao mesmo tempo o fim e a condição do livre desenvolvimento de cada um*”¹⁵. Isto posto, a perspectiva revolucionária se apresenta como uma possibilidade histórica, que precisa ser transformada de potência em efetividade. Mas isso só pode acontecer no momento em que os trabalhadores se apropriarem das condições objetivas de sua reprodução social. Portanto, nova lógica social.

À guisa de conclusão, ainda que o “estilo de vida moderno” possa ser identificado (apareça) como elemento que responda por percepções diferentes sobre os problemas/dilemas ambientais em estruturas menos desenvolvidas (periféricas, subdesenvolvidas, dependentes), é a forma como se dá o processo de reprodução que dá o tom dessa “diferenciação” de percepção, em essência. O que se desdobra na/da questão apontada é o possível (e ínfimo) crescimento econômico com o aprofundamento da segregação sócioespacial e o recrudescimento das (precárias) condições de vida da classe trabalhadora, espelhada na “crise ecológica”. O que se pode vislumbrar, é que os limites estruturais que aí se (re) configuram, tornar-se-ão cada vez mais intensos, dinâmicos e complexos; de tal forma que a superação da formação histórica em que os países dependentes se estabelecem, o subdesenvolvimento (a dependência), terá ampliado seu horizonte de permanência, firmando a inevitabilidade da expansão capitalista através da exploração e espoliação das classes trabalhadoras no mundo do trabalho, ampliando portanto, as contradições internas frente às transformações evidenciadas no sistema capitalista mundial.

Referências

AMARAL, Marisa Silva e CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso de capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e Sociedade* (5), Campinas: IE/Unicamp, dez, 1995.

DUPUY, Jean-Pierre, Introdução à crítica da ecologia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

¹⁵ DUPUY, 1980.

- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento. São Paulo: Vozes, 1974.
- FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. In: *Economia e Sociedade, Campinas: IE/Unicamp, 1994.*
- FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- HIRSCHMAN, Albert O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A N. e SINGH, S.P. *A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969.*
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. *Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.*
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs). *Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.*
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – o processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MARX, Karl. O Capital. Vol II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs). *Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.*
- PINTO, Aníbal. Inflación - raíces estructurales. Fondo de Cultura Económica, 1975.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. In: *RBE 3 (3): 47-111, set, 1949.*
- POLANYI, Karl. A grande transformação – as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.